



ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL

ISBN 978-85-86736

LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO
TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG
(Organizadoras)

apoio



**LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO E
TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG**

**ANAIS DA XI JORNADA APOIAR-
ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E
SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL**

REALIZAÇÃO

PRÓ REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO

UNIVERSITÁRIA DA USP

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

**LABORATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E PSICOLOGIA
CLÍNICA SOCIAL**

APOIO:

FAPESP

VETOR EDITORA PSICOPEDAGÓGICA

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Jornada APOIAR (11.: 2013: São Paulo)

Anais da XI JORNADA APOIAR: ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL realizada em 22 de novembro de 2013 em São Paulo, SP, Brasil / organizado por Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo. Tania Maria José Aiello Vaisberg - São Paulo : IP/USP, 2013.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-86736-56-8

1. Psicologia clínica 2. Identidade 3. Adolescência 4. Clínica I.

Título.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-86736-56-8



RC467

“O BATOM E O PÃO”: DIÁLOGOS ENTRE A EXPERIÊNCIA ELEMENTAR E O ESTILO CLÍNICO SER E FAZER

Tânia Aiello-Vaisberg

Maria Camila Mahfoud Marcoccia

Universidade de São Paulo

Resumo Este artigo tem como objetivo articular o pensamento winnicottiano, que coloca a impossibilidade de se sentir “vivo e real” como sofrimento radical, com a proposição antropológica da experiência elementar. Justifica-se na medida em que D.W. Winnicott e L.Giussani adotam visões convergentes, que podem se enriquecer mutuamente, contribuindo para iluminar questões relevantes que emergem no cuidado emocional a indivíduos e grupos e ganham relevância na abordagem dos sofrimentos sociais e da psicopatologia da exclusão. Apresenta, de modo sucinto, aspectos das propostas desses autores que podem ser considerados pertinentes ao objetivo aqui estabelecido, abordando uma vinheta que tematiza a busca da beleza em contexto de pobreza. Finaliza defendendo que a busca pela gestualidade espontânea, que caracteriza a autenticidade, pode ser ampliada a partir do reconhecimento das exigências constitutivas da pessoa humana que, como dimensão motivacional originária, podem servir como horizonte de processos psicoterapêuticos.

Palavras-chave: gesto espontâneo, experiência elementar, exigências, psicologia concreta, D.W.Winnicott.

Não temos nenhuma notícia sobre a possibilidade de Winnicott ter alguma vez conhecido ou se interessado pela antropologia de Giussani. Não nos parece, também, que a psicanálise winnicottiana tenha desempenhado qualquer papel no reconhecimento da centralidade da chamada experiência elementar. Contudo, um psicanalista que propôs uma teoria do amadurecimento emocional que tinha como horizonte uma posição existencial que descreveu como possibilidade de “sentir-se vivo e real”, deixou uma obra

que pode se enriquecer à luz de uma visão antropológica que reconhece e valoriza exigências originárias segundo as quais se constituiria a pessoa humana.

Assumimos, aqui, que o conceito de *experiência* é uma ponte, um canal, que permite que se efetive uma comunicação entre os pensamentos desses dois autores, numa fertilização recíproca. Essa aproximação foi decisivamente facilitada pelo trabalho indispensável de Mahfoud (2012), na medida em que o autor propõe, num diálogo preciso e generoso, trazer a teoria da experiência elementar para o campo da prática psicológica. Por essa via, descortina modos pelos quais importantes questões, enfrentadas na clínica, podem ser elucidadas a partir da compreensão de um fundamento originário, por meio do qual se daria a constituição da pessoa, e que não cessa de gerar efeitos ao longo de sua trajetória vital, esteja ela marcada predominantemente pelo sofrimento ou por um fruir mais afortunado da existência.

Quando decidimos estabelecer uma interlocução com autores não psicanalíticos, usando como caminho o conceito de experiência, certamente expomo-nos a críticas. Não raras vezes, defrontamo-nos com argumentos segundo os quais esse conceito seria estranho ao campo psicanalítico, por pertencer, “de direito”, à fenomenologia, não figurando como verbete nos dicionários psicanalíticos oficiais. Se a isso respondemos lembrando que na obra bioniana esse conceito ocupa uma posição central (Rezze, Marra e Petriccioni, 2012), ou que o próprio método psicanalítico – não suas doutrinas eventualmente tomadas como dogmas – assenta-se sobre uma atitude fenomenológica, corremos o risco de sermos considerados ecléticos ou pouco rigorosos. São frequentes, como sabemos, argumentos segundo os quais cada conceito deve ser usado no contexto específico em que foi proposto, para evitar incoerências e equívocos. Contudo, se levarmos tais cuidados a extremos, no contexto das ciências humanas e da pesquisa qualitativa, em breve não conversaremos a não ser com aqueles “que torcem para o nosso time”, o que pode limitar extraordinariamente nosso universo intelectual.

Entretanto, refutamos as eventuais críticas, segundo as quais estaríamos nos apropriando de um conceito externo ao campo psicanalítico, sustentando que todas as vertentes não-

positivistas da psicologia trabalham efetivamente com o conceito de experiência, explícita ou implicitamente. Provavelmente não o utilizam no mesmíssimo sentido, mas de modo suficientemente próximo para permitir um diálogo. Tal intercâmbio pode se tornar cada vez mais produtivo quanto mais nos esforçarmos para definir com clareza os termos que utilizamos – e esse esforço tem sido feito. Tomar todos os termos como idênticos, ignorando sutis mas importantes diferenças, é um descuido inadmissível. Por outro lado, considerá-los sempre com cognatos enganosos, ou seja, palavras iguais ou parecidas, de dois idiomas, que apresentam sentidos absolutamente diversos, provocando equívocos que geram risos e embaraços, define uma atitude intelectual desnecessariamente paranoide. Além disso, pensamos que precauções extremadas acabam por favorecer transmissões verticalizadas de conhecimentos, que concentram poder sobre alguns autores “autorizados”, dificultando o salutar exercício de uma certa transversalidade dialógica, que é a esperada não apenas no campo científico e filosófico, mas em todos os setores da vida humana.

Deste modo, visando facilitar um intercâmbio necessário com outras abordagens da psicologia e da pesquisa qualitativa, finalizaremos esta parte do nosso texto esclarecendo o modo como temos trabalhado com o conceito de experiência, seguindo indicações epistemológicas de Bleger (1963). Ao conceber a psicologia como ciência humana concreta, entendemos que lhe competiria estudar o mesmo objeto de todas as disciplinas humanas, vale dizer, a conduta. Caberia a cada uma delas considerar conjuntos específicos de qualidades e características desta complexidade, que é o fenômeno humano, ficando reservado à psicologia o estudo dos atos humanos enquanto experiência afetiva e vincular, vale dizer, enquanto dramática humana (Politzer,1928). Assim, definimos experiência como uma *dimensão* do acontecer humano, de modo que os pesquisadores que se comprometem com seu estudo focalizam a produção de conhecimento sobre o humano dentro de um certo âmbito, que não se confunde com planos sociológicos, antropológicos, históricos, políticos ou econômicos, aos quais, contudo, deveria a psicologia se articular. A abordagem da experiência diferencia-se, também, do estudo de rendimentos cognitivos e intelectuais, que reputamos importantes e necessários, mas próprios de um campo outro de pesquisa, que se avizinha da psicofisiologia.

Sofrimentos sociais e clínica psicológica contemporânea

Contraditoriamente, o neoliberalismo global, ao mesmo tempo em que vem criando crescente pauperização e precariedade laboral, tem permitido, ao trazer avanços tecnológicos e incentivar o consumismo, um aumento de circulação social da informação. Tal situação pode ser considerada, à luz das colocações de Heller (1982), como característica do sistema capitalista, na medida em que permite um desenvolvimento material que torna os grupos sociais mais conscientes de seus carecimentos radicais. Entretanto, por fundar-se exatamente sobre desigualdades e uso do homem pelo homem, esse sistema não suporta o efetivo atendimento do humano, o que indica que imperativos éticos, e não apenas políticos, clamam por sua superação.

É nesse contexto que podemos compreender o fato de que um novo tipo de demanda vem batendo, cada vez mais insistentemente, às portas da clínica psicológica universitária, bem como naquelas de equipamentos e instituições de diferentes naturezas, onde atendimento psicológico popular é realizado. Configura-se, assim, o que vem sendo conhecido como sofrimento social ou psicopatologia da exclusão, campo do saber que não é absolutamente novo na América Latina, (Moffatt, 1974). Trata-se de uma proposta que vem se expandindo e, vale destacar, encontrando eco, mais recentemente, em nosso país, na medida em que aqui vigora uma expressiva opção, por parte dos psicólogos, como coletivo profissional, no sentido de inserir-se em trabalhos institucionais. Não ignoramos, de modo idealista, que muitos profissionais procedentes de classes médias abastadas, que cursaram faculdades particulares que proliferaram assustadoramente a partir de uma lógica puramente empresarial, aceitaram este tipo de emprego por aí verem uma expansão de oportunidades no mercado de trabalho. Contudo, uma ampla parcela de psicólogos tem trilhado esse caminho a partir de posicionamentos éticos e políticos maduramente consolidados. De todo o modo, configurou-se um encontro com esses novos pacientes, que pedem ajuda a partir de dramas vinculares e relacionais vivenciados no contexto cotidiano das classes desfavorecidas e subalternas. Essa demanda fecunda antigas teorias, cunhadas em outras condições sociais, culturais e históricas.

Evidentemente, as ajudas profissionais, buscadas junto a instituições religiosas, não deixaram de ser importantes, como bem pode demonstrar o exame da programação de rádio e televisão. Afinal, o atendimento ao sofrimento humano sempre foi um canal para o proselitismo religioso e até queixas relativas à pobreza recebem, como resposta, os convites das chamadas igrejas da prosperidade, que prometem melhoras da vida financeira como resultado da observação sincera de seus preceitos. Contudo, observamos que, na prática, esses dois tipos de ajuda não se excluem, de modo que a mesma família que frequenta a clínica psicológica segue recebendo assistência do pastor ou do pai de santo, tendo em vista a solução de seus problemas.

Entretanto, observamos, também, com inegável desagrado, que alguns psicólogos ainda raciocinam em termos de uma diferenciação, atualmente insustentável, mas assumida entre nós manifestamente há algumas décadas, relativa à possibilidade de distinção entre casos sociais, casos orgânicos e casos psicológicos. Segundo essa visão, os doentes deveriam ser tratados por médicos e enfermeiras, os pobres pelos assistentes sociais, enquanto apenas os sofrimentos de causa inquestionavelmente emocional seriam da alçada do psicólogo. Evidentemente, essa ideia não resiste a um exame sensato. Não há, hoje, como pensar que uma pessoa acometida de uma doença física não venha a sofrer emocionalmente, diante da perspectiva de perdas ou de riscos que envolvem sua integridade física. Quando começaram a ver esse fato com absoluta clareza, os profissionais de saúde passaram a aceitar de bom grado a contribuição dos psicólogos. Por outro lado, aquele paciente idealizado, que só apresentaria problemas emocionais, não poderia deixar de ser proveniente de classes médias ou mais abastadas, brancas, instruídas, urbanas, sendo, preferencialmente, fisicamente saudável. Como “um dos nossos”, para o profissional universitário, debater-se-ia unicamente com questões subjetivas e relacionais. A preferência por esse tipo de caso, no contexto brasileiro, indica uma opção ideológica, que permanece entre a ingenuidade e a má fé. Finalmente, a ideia de que a pobreza deve ser resolvida exclusivamente mediante medidas sociais ou, no máximo sócio-educacionais, principalmente se não se tiver tornado “caso de polícia”, negando-lhe qualquer escuta psicológica, apresenta-se como discriminação intolerável

desde um posicionamento ético de respeito humano. Aqui cabe lembrar Paulo Freire (1988) quando adverte acerca de como os mais pobres podem ser desconsiderados:

“ É impressionante observar como as estruturas perversas da sociedade capitalista, principalmente ao nível da nossa, criam as condições materiais que geram, de um lado, sofrimentos tão profundos, nas classes populares, negando a elas o direito de expressá-los, e de outro, nas classes dominantes, a certeza de que aqueles são insensíveis, são gente bruta, que nada sabe, nem mesmo sofrer (Freire, 1988,p.6)”.

Embora mais de duas décadas se tenham passado desde a escrita desse texto, não duvidamos de que guarde inegável atualidade, em termos do que provavelmente circula no imaginário coletivo (Aiello-Vaisberg, 2010), permitindo que se suporte, na vida urbana, a visão da pobreza extrema, de crianças e adultos. Em grandes metrópoles, escuta-se, com frequência, falas que revelam indiferença e cinismo, do tipo: “aqui se ganha mais esmolando num cruzamento de ruas do que trabalhando honestamente” ou “na cidade grande ninguém passa fome porque os grandes restaurantes geram muita sobra de alimentos que é distribuída entre adultos e crianças de rua” e outras do mesmo calibre. Assim, a pobreza, como condição evidentemente geradora de sofrimento emocional, é banalizada. A dimensão das experiências de desamparo, de humilhação e de injustiça é simplesmente apagada – num movimento que expressa a face de outra miséria, aquela da insensibilidade afetiva e moral.

Ora, esse verdadeiro desrespeito é algo que preocupa porque não pode ser compreendido como mera manifestação psicopatológica de indivíduos perversos ou psicopatas. Ao contrário, insinua-se no imaginário coletivo (Aiello-Vaisberg,2010) e acaba sendo adotado por pessoas que, em seus relacionamentos, podem se mostrar respeitadas com aqueles que, a seu ver, são “as pessoas”, excluindo, de maneira insidiosa (Pontes et al,2008), aqueles que, em virtude da pobreza e da subalternidade, são, na prática, um tipo inferior de indivíduos, quase “não-pessoas”.

Desse modo, consideramos importante ressaltar que, desde nossa perspectiva, onde há sofrimento humano cabe atenção psicológica clínica, jamais no sentido da psicologização do social, e sim da politização do psicológico. O que aqui está em jogo é o cuidado a pessoas individuais e coletivas que sofrem emocionalmente, sejam quais forem suas estratégias de sobrevivência afetivo-emocional, em decorrência de fato de viverem em condições sociais injustas. Não esperamos mudar a sociedade diretamente por meio da clínica. Entretanto, certamente reconhecemos o imperativo de inclusão daqueles que sofrem, a partir da precariedade social, no direito à ajuda psicológica e entendemos que seu fortalecimento pode contribuir para torná-los agentes sociais mais participativos e capazes de lutar pela superação de condições sociais injustas.

O conceito de exigência

O pensamento sobre a experiência elementar desenvolveu-se, primordialmente, em contextos formativos educacionais, definindo-se como uma antropologia que certamente pode enriquecer notavelmente práticas psicoterapêuticas. Essa possibilidade foi demonstrada, de modo feliz e convincente, por Mahfoud (2012), que indica como os horizontes do psicólogo clínico podem se ampliar quando passa a compreender os processos de crescimento e amadurecimento pessoal à luz do chamamento persistente que as exigências elementares exerceriam sobre todas as pessoas.

Parece-nos oportuno lembrar que o conceito de exigências nasce no contexto de reflexões filosóficas, de cunho ético, que guardam clara proximidade com perspectivas antropológicas de fundamento religioso (Lalande,1926). Esse termo parece ter surgido no cenário francês, sob a pena do filósofo católico Édouard Le Roy (1907). Entretanto, passou a ser bastante utilizado, adquirindo importância inegável na obra de importantes pensadores, como Lévinas (Lacis,2013). Faz apelo a algo que se impõe, que seria vivenciado como um valor superior, mesmo em condições nas quais não se cumpre em termos concretos.

No âmbito da filosofia ética, o termo exigência tende a estar associado a visões que apostam na possibilidade de estabelecimento objetivo de preceitos universalmente válidos. Trata-se, como sabemos, de posicionamentos que tem sido defendidos tanto no âmbito de filosofias cristãs, como no kantismo, no hegelianismo e no próprio marxismo, como bem explica Rohr (2013):

“ Por mais distintas que estas posições possam parecer, o que as une é a crença na predeterminação ética em diretrizes fixas e definidas, independentemente da vontade do sujeito singular. É tarefa adequar a vontade dele ao objetivamente válido para não se desencontrar com o próprio destino humano, posição esta que se encontra na base das filosofias da modernidade (Rohr, 2013,p.119).

Sob a noção de experiência elementar, cujo caráter seria originário, na constituição da personalidade humana, surgiriam, como manifestação essencial do modo humano de ser, exigências tais como a de liberdade, verdade, justiça, amor e beleza, entre outras. Tais exigências estariam sempre presentes no horizonte da experiência pessoal, como critérios a partir dos quais o vivido seria efetivamente julgado – mesmo que esse processo nem sempre se dê de modo consciente, mesmo que possa ser eventualmente distorcido por defesas psicológicas, segundo cremos como psicanalistas. A experiência elementar pode, portanto, ser pensada como um crivo, originariamente dado, cujo valor e verdade seriam intuitivamente reconhecidos, na perspectiva antropológica de Giussani (1966). Em outros termos, dar-se-ia, como experiência humana, de modo direto e pré-reflexivo.

Cabe aqui um parêntese que pode ter certa importância. Queremos nele lembrar que, na perspectiva que temos adotado⁴, o que é originariamente dado, no plano ontológico, pode ser concebido como algo que foi concretamente desenvolvido ao longo da história pela própria humanidade. Adotamos, portanto, inspiradas na lógica paradoxal da transicionalidade, uma visão segundo a qual ampliamos a noção para admitir que, no plano da dramática humana, lidamos com realidades e verdades que seriam criadas/encontradas (Winnicott, 1971). Contudo, pretendemos lidar com tais questões de modo prudente, por dois tipos de razões. Em primeiro lugar, porque tememos os riscos inerentes à invocação de verdades ditas superiores, que podem ser usadas como justificativa para atos inaceitáveis, conforme a lógica de que altos fins justificam os meios. Em segundo lugar, porque também tememos posicionamentos relativistas, que consideram que o sujeito ético pode se limitar a fazer de sua própria vida uma “obra de arte”, estabelecendo valores a partir de critérios exclusivamente estéticos (Rohr, 2013). A nosso ver, posturas reacionárias inaceitáveis tem se combinado com vanguardismo intelectual e artístico, atraindo incautos que não lhes avaliam totalmente as consequências. Por este motivo, vemos com profundas reservas esta segunda posição. Não nos ateremos, neste momento, a esse tipo de discussão, nem exigiremos do leitor acadêmico mais do que um acordo quanto à constatação de que vivemos hoje sob um sistema globalizado contraditório, sob o qual viceja, malgrado a violência e opressão do homem pelo homem, um discurso de respeito aos direitos humanos. Os ideais professados são mais raramente praticados, de modo que o repúdio radical do uso do outro como objeto, a respeito do qual uma grande maioria está teoricamente de acordo, persiste como prática fundamental do sistema capitalista (Heller, 1982). Contudo, constatamos que uma expressiva maioria, não alinhada à visão relativista, converge, no que tange ao reconhecimento de que o respeito à liberdade, à verdade e à humanidade do outro homem, são exigências éticas fundamentais. Assim se reúnem tanto aqueles que filosofam a partir de um solo religioso como outros que desenvolveram seu posicionamento a partir de pensamentos utópicos, de caráter ético e político. Vale até lembrar que muitas vezes, fé religiosa e utopia política se têm articulado

⁴ Referimo-nos aqui ao estilo clínico Ser e Fazer, que dispõe grande parte do seu acervo de produções em www.serefazer.psc.br.

harmoniosamente no âmbito da história de vida pessoal de figuras que inclusive se tornaram historicamente importantes⁵.

No contexto específico do pensamento de Giussani (1966), o conjunto das exigências elementares definiria a própria estrutura da pessoa humana, constituindo-se como horizonte a partir do qual situações que provocam experiências de desamparo, de humilhação e de injustiça, seriam claramente percebidas como contrárias ao *éthos* humano. Impõem-se, portanto, como algo que clama pela superação de condições de desigualdade, de opressão, de exploração, de desrespeito e de falta de solidariedade. Quando levadas em conta, como potência motivacional, as exigências da experiência elementar iluminam a compreensão de movimentos sociais que defendem práticas inclusivas. Não deixam, também, de contribuir para a compreensão de condutas patológicas, que nascem da desesperança e do sofrimento, ao qual as pessoas simplesmente “não se acostumam” justamente porque as exigências fundamentais não se calam.

Experiência elementar na psicologia

Segundo Mahfoud (2012), o reconhecimento da experiência elementar pode nortear a clínica psicológica. A nosso ver, essa orientação se casa coerentemente com referenciais teóricos que adotam antropologias humanistas, tais como a fenomenologia, a terapia centrada na pessoa, a psicoterapia existencial ou a psicanálise winnicottiana. Um

⁵ No contexto de uma lógica cartesiana, o trabalho com o conceito de exigência demandaria, a bem da coerência, a adesão a posicionamento religioso, no sentido preciso do termo. Assim, estaria em questão, como um pré-requisito, o fato de podermos ou não crer em Deus ou em alguma forma de divindade ou de sagrado, sobre a qual poderíamos fundar a pré-existência das exigências. A eventual impossibilidade de aceitação desta crença impediria o uso do conceito. Contudo, sob uma lógica paradoxal, com a qual temos aprendido a conviver na clínica winnicottiana (Winnicott, 1971), sentimo-nos confortáveis para admitir que as exigências possam ser originalmente dadas, na própria estrutura da pessoa humana, e *simultânea e paradoxalmente* criadas pela humanidade ao longo do processo histórico. Além disso, vivemos uma época histórica em que o reconhecimento do sagrado não coloca indivíduos e grupos obrigatoriamente sob o jugo de autoridades religiosas institucionais que combateriam o livre pensamento e a atividade científica, quando nos movemos fora de esferas fundamentalistas, sejam religiosas, sejam políticas.

enriquecimento da prática pode ser alcançado quando a abordagem teórica adotada pode se articular à antropologia proposta pela experiência elementar. Desta feita, considerar que a experiência elementar estaria sempre presente no horizonte vivencial dos pacientes, mesmo quando as manifestações da conduta parecem contraditórias em relação a esse núcleo constitutivo, tem-se revelado, em sua prática, um caminho fecundo, cujo cerne consiste no reconhecimento de que todo sofrer apresenta, em sua raiz, negação ou redução das exigências originárias. Consequentemente, a identificação sobre os modos pelos quais o crivo originário incide na experiência concreta pode iluminar a compreensão acerca daquilo que motiva as ações e configura o acontecer⁶. Essa visão afina-se, a nosso ver, com aquela defendida por Bleger (1963) quando admite que toda conduta, sendo, a cada momento, a melhor possível, não se reduz à afetação emocional pelo passado, nem a determinações sociais, políticas, históricas e culturais inescapáveis, mas é também guiada por buscas prospectivas.

Do ponto de vista proposto por Giussani (1966), a experiência elementar corresponderia a um conjunto de exigências originárias, constituintes do modo humano de ser, que estariam na base de todos os seus atos. Afirma que esta pode ser considerada um crivo, à luz do qual toda experiência seria considerada, por meio do que se torna possível identificar, portanto, tanto a realização, um fruir da vida, como o sofrimento. Assim, como bem demonstra Mahfoud (2012), configura-se como um posicionamento que pode orientar a clínica psicológica atual que, como sabemos, vem sendo interpelada por demandas que revelam sofrimentos radicais (Arós e Aiello-Vaisberg,2009).

As exigências elementares surgiriam, no contexto da vida individual, sob a forma de anseios e inquietações, que se fazem como verdadeiros “nós” nos quais se entrecruzam a liberdade subjetiva e a externalidade e independência do mundo, vale dizer, as condições

⁶ A obra fala diretamente à clínica mas deixa pistas seguras acerca do modo como essa visão fundamenta-se claramente no pensamento antropológico de Giussani (1966) e na fenomenologia. Embora convidando a reflexões e aprofundamentos, o livro traz lições que podem ser rapidamente utilizadas do ponto de vista prático. Esse fato, à primeira vista surpreendente, uma vez que não estamos circulando em contextos teóricos simplificadores e positivistas, pode ser facilmente explicado quando lembramos que aqui se trata, como diz Mahfoud (2012) de recuperar algo que já existe, em toda pessoa, de modo intuitivo, tendo em vista atingir a compreensão dos dramas trazidos pelos pacientes, iluminando atos e dramas como tentativas, certamente não bem sucedidas, de atendimento a exigências radicais.

concretas de vida, relacional e material. De nossa parte, entendemos essas ideias como reconhecimento de que os sofrimentos e dramas humanos são concretos – vale dizer, situam-se em contextos sociais, históricos, culturais e geopolíticos. Esse fato não pode ser desconsiderado, na medida em que nos deixaria à mercê dos chamados mitos do homem natural, isolado e abstrato (Bleger,1963), que deturpam de modo inaceitável uma visão correta da condição humana.

Sabemos que, para muitos, a aplicabilidade da perspectiva da experiência elementar só guardaria coerência com vertentes fenomenológicas e humanistas da psicologia, não podendo ser harmonizada com o pensamento psicanalítico. Sem dúvida, essa apreciação seria verdadeira caso identificássemos como psicanalíticas apenas as formulações alinhadas ao modelo estrutural-pulsional inaugurado pela especulação metapsicológica (Greenberg e Mitchel,1983). Entretanto, quando adotamos contribuições psicanalíticas, fundamentalmente metodológicas, a partir da psicologia concreta, não temos dificuldade em admitir que os pacientes buscam ou são encaminhados para ajuda psicológica, apresentando variadas queixas, sob as quais encontraremos, invariavelmente, movimentos existenciais que indicam a percepção, frequentemente não consciente, de um descompasso entre um plano de possibilidades de realização e o que efetivamente está acontecendo como drama de vida. Este desacerto entre planos é algo da ordem de um reconhecimento que, a nosso ver, deriva da consideração intuitiva da experiência elementar.

Pensamos também que a noção de exigências fundamentais favorece uma compreensão dramática das condutas, tal como buscada pela psicologia concreta, que temos praticado como estilo clínico “Ser e Fazer”, na medida em que é pensada como ímpeto motivacional subjacente aos atos e posicionamento humanos. Tal visão ilumina a compreensão das demandas que geram a busca de ajuda psicológica, na medida em que a própria apresentação da queixa pode ser compreendida como manifestação que fala sobre maior ou menor afastamento da possibilidade de atendimento das exigências originárias a partir das quais se estrutura a pessoa humana. De um certo modo, toda demanda pode ser pensada como tentativa de aproximação de posicionamentos que possam se alinhar harmoniosamente com aquilo que define e configura a condição humana. De fato, as

exigências, sobre as quais podemos refletir eticamente, estão sempre operantes, no plano cotidiano da convivência próxima e das práticas sociais.

Provavelmente, uma forma interessante de nos acercarmos da noção de exigência, tal como formulada no contexto teórico da experiência elementar, seja pela narrativa e comentário de uma vinheta, relativa a uma interação cotidiana, que envolveu diretamente a pessoa de Giussani. Acreditamos que esse recurso facilitará a exposição de nossas reflexões e o desenvolvimento posterior do texto, que, como veremos, destacará, mais adiante, o conceito winnicottiano do “sentir-se vivo e real”.

O episódio, narrado por Da Rold (2009), desenrolou-se ao redor do fato de um grupo de estudantes ter dado dinheiro a uma mulher de rua, que utiliza o valor para comprar meias-calças, uma blusa e um batom. Os jovens questionam essa atitude junto ao mestre, entendendo que, caso agisse com sensatez, a mulher deveria se preocupar com suas necessidades básicas, usando a quantia recebida para obter alimentos e roupas que a protegessem do frio, sem ceder a motivações fúteis de vaidade feminina. Entretanto, Giussani surpreende seus alunos, convidando-os a refletir sobre que tipo de realização essa pedinte estaria buscando e lhes propõe uma outra visão, lembrando-lhes que, de acordo com o julgamento deles, sendo pobre, esta mulher deveria raciocinar em termos meramente pragmáticos. Pondera, a seguir, que as condições de vida na rua provavelmente a privavam de cuidar-se *como mulher*⁷, em termos que, na nossa sociedade não são acessíveis a todos. Essa perspectiva, que amplia o espectro motivacional em jogo, tornaria um ato, aparentemente insensato, compreensível e, de certo modo, legítimo.

Percebemos, pelo relatado, que Giussani está abrindo um questionamento sobre o que temos estudado a partir do conceito de imaginário coletivo, que concebemos como ambientes psicológicos humanamente produzidos (Aiello-Vaisberg e Machado, 2008). Nessa perspectiva, somente mulheres que detêm certo poder aquisitivo teriam direito a praticar cuidados estéticos. Por que essa mulher estaria excluída, de modo inescapável,

⁷ Esperamos mostrar, logo a seguir, nossa visão crítica sobre o que normalmente é compreendido sob o rótulo do “cuidar-se como mulher”. Entendemos que o autocuidado, inclusive estético, tem importância universal e que a ideia de diferenciar cuidados femininos e masculinos não passa, provavelmente, de um “sintoma” de que padece a sociedade contemporânea. Entretanto, esta não é, aqui, a questão em foco. Por outro lado, não aprofundaremos nenhuma discussão sobre a exigência de beleza, questão de inegável importância que extrapola os objetivos do presente texto.

do acesso ao uso de cosméticos? Claro que não estamos aqui defendendo especificamente este ou aquele hábito de consumo como essencial, pois cremos que, no âmbito do que se pode denominar como cuidados estéticos femininos, revelam-se aspectos bastante criticáveis, quando certas ideias de beleza ou certos modos performáticos de viver a sexualidade feminina estão em jogo (Butler,2003). Interessa-nos, somente, indicar tanto o modo como se comportam aqueles que, por estarem dando dinheiro, veem-se no direito de criticar moralmente o comportamento da mulher, como chamar a atenção para o modo compreensivo, solidário, respeitoso e inclusivo a partir do qual Giussani interpreta os mesmos atos, justamente porque guia sua apreciação da situação pelo crivo das exigências fundamentais.

Esse posicionamento inclusivo tem como base uma visão filosófica segundo a qual uma invariante humana, ligada à estrutura do modo humano de ser, consistiria no defrontar-se inevitável e continuamente com a experiência elementar, como dimensão motivacional que originariamente inspiraria nossos atos, mesmo quando nos confundimos e nos equivocamos (Giussani, 1966). Assim, as exigências não se confundem com necessidades nem com desejos. No caso em discussão, ocorre algo muito interessante que faz lembrar colocações freudianas, na medida em que deixavam claro que abaixo das chamadas racionalizações estariam atuando motivações inconscientes. Entretanto, uma diferença fundamental fica evidente: enquanto a psicanálise estrutural-pulsional coloca, sob as racionalizações, uma base motivacional restrita à sobrevivência e à satisfação da sexualidade – reduzindo evidentemente o homem a um organismo e abandonando um plano de compreensão dramática da pessoa, a teoria da experiência elementar propõe uma visão que se mantém no plano de uma teorização antropológica, que visa precisamente a pessoa humana.

Assim, no que diz respeito à mulher, não sabemos quão consciente da exigência de beleza poderia estar e esta não nos parece, aqui, a questão mais imediatamente relevante, pois seus direitos permanecem vigentes mesmo se deles não tiver clara consciência (Renault, 2004). Por outro lado, temos clareza sobre o quanto os estudantes estavam impossibilitados de admitir que aquela pessoa tão pobre pudesse ter seus atos motivados por essa exigência, o que trai um pensamento excludente. Ora, evidentemente

o reconhecimento das exigências, concebidas como universais, é absolutamente fundamental, numa clínica voltada para o cuidado de vítimas de sofrimentos sociais.

Nessa linha, nossas reflexões nos têm levado a acreditar que provavelmente a perspectiva de respeito às exigências fundamentais, ao iluminar tanto o sofrimento como a felicidade, favorece extraordinariamente a compreensão de situações humanas nas quais se mesclam carências materiais e experiências de desamparo, humilhação e injustiça. Tais situações vêm gerando demandas de ajuda psicológica, tanto como busca de alívio de angústias como de esperança de superação do desamparo, da humilhação e da injustiça. Deste modo, fica fundamentada uma clínica ética absolutamente inclusiva, que repudia toda e qualquer forma de discriminação social. Afirma Giussani (1966):

"La exigencia de bondade, de justicia, de verdade, de felicidad, constituye el rostro último, la energía profunda con la que los hombres de todos los tiempos y de todas las razas se acercan a todo, hasta el punto de que pueden vivir entre sí un comercio de ideas – y no sólo de cosas – y pueden transmitirse riquezas entre ellos a distancia de siglos (...) Porque la experiencia elemental, como decíamos, es substancialmente igual en todos, aunque luego se define, traduzca y realice de modos muy distintos, incluso aparentemente opuesto" (Giussani, 1966, pos.351).

Tal posicionamento converge, em suas linhas fundamentais, com os valores que subscrevemos ao defender uma psicanálise concreta, bem como com o que temos praticado numa clínica que encontrou no pensamento winnicottiano inspiração para a proposição de enquadres clínicos diferenciados, de caráter decisivamente inclusivo (Aiello-Vaisberg,2004).

Necessidades e exigências: considerações conceituais

Focar a conduta vincular e dramática, ou seja, a

WINNICOTT, D.W. (1945) Desenvolvimento Emocional Primitivo. In D.W.Winnicott *Da pediatria à psicanálise: textos selecionados*. Tradução Jane Russo. Rio de Janeiro, Francisco Alves,1988

INNICOTT, D.W.(1956) A tendência anti-social. In *Da pediatria à psicanálise: textos selecionados*. Trad.Jane Russo. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves,1988

WINNICOTT, D.W. (1958) Psicanálise do sentimento de culpa. In *O ambiente e os processos de maturação*. Trad. Irineo C.S.Ortiz. Porto Alegre, Artes Médicas,1982.

WINNICOTT, D.W. (1962) Os objetivos do tratamento psicanalítico. In *O ambiente e os processos de maturação*. Trad. Irineo C.S.Ortiz. Porto Alegre, Artes Médicas,1982. experiência afetivo-emocional, significa produzir conhecimento sobre personalidades, individuais e coletivas, em primeira pessoa (Politzer,1928), vale dizer, *desde o ponto de vista* da própria pessoa. Essa experiência, como bem indica a prática clínica, em psicologia, está sempre vinculada aos sentidos atribuídos aos acontecimentos vitais. Nesse plano existencial, opera uma forma muito específica de causalidade, que pensamos que não deve se limitar ao que filosoficamente se conhece como causa eficiente ou lei de causa e efeito, mas abarcar uma dimensão finalista, que denominamos motivação.

A motivação, frequentemente não consciente, pode ser focalizada em diferentes tempos, vale dizer, em estudos que consideram o passado, em termos históricos, genéticos e evolutivos, em termos que privilegiam o presente, em registro situacional, ou segundo modalidades prospectivas, voltadas para o futuro (Bleger,1963). Não há como negar que a psicanálise, especialmente em função do complexo esquema causal denominado “séries complementares” (Freud, 1916), reconheceu com grande ênfase a importância do passado infantil na constituição psicológica do adulto. Contudo, infelizmente, descuroou da dimensão prospectiva, vendo muitas vezes aspirações e necessidades dos adultos como mera reedição de faltas vividas na infância. Na prática, esse modo de equacionar problemas humanos chega a assumir feições evidentemente distorcidas, como se tudo o que é importante na vida de um ser humano tivesse lugar durante os cinco primeiros anos de sua existência.

Poucos autores psicanalíticos conseguem reconhecer a importância do futuro, como faz Winnicott, principalmente no campo do estudo da tendência antissocial infantil e juvenil,

quando propõe que o ato delinquente deve ser compreendido como “sinal de esperança”, correspondendo, assim, à busca de algo que deveria ter sido justamente recebido (Winnicott,1956). Nesse caso, estamos diante de uma compreensão pouco comum, no campo psicanalítico, que invoca expectativas de justiça, que se articulam a privações vividas no passado, como motivação básica da conduta.

Entretanto, Winnicott opera, em sua teorização, a partir de dois conceitos básicos: necessidades e desejos. Nisto não foge, à primeira vista, do estabelecido anteriormente por Freud quando distinguiu as pulsões sexuais e de auto-conservação (Laplanche e Pontalis, 1967). Vale, contudo, ressaltar que já aí encontramos profundas diferenças, pois enquanto a metapsicologia opera a partir do conceito de organismo, o pensamento de D.W.Winnicott organiza-se ao redor do conceito de pessoa (Greenberg e Mitchell,1983).

Fica, assim, muito ressaltado, no âmbito da teorização winnicottiana, que as necessidades devem ser atendidas – chegando a dizer que “*seria desumano*” não fazê-lo (Winnicott, 1962,p. 152), enquanto os desejos, sendo originalmente eróticos, podem ser ou não ser realizados, na medida em que 1) não colocam em risco a integridade da pessoa e 2) envolvem a liberdade de outra pessoa.

O desejo sexual está, indiscutivelmente, ligado a um componente de excitação biológica, que é vivido, no início da vida e posteriormente, sob condições psicopatológicas, como estranho ao *self*. Com o amadurecimento, pode vir a ser integrado como parte do próprio indivíduo, que deste modo, nunca é visto apenas como um organismo em que forças biológicas impessoais atuais, para se tornar pessoa que vivencia desejos eróticos. Contudo, verificamos que, curiosamente, as necessidades humanas acabam recebendo uma atenção maior, na clínica winnicottiana, do que os desejos. A nosso ver, isso ocorre por dois motivos: 1) porque as queixas trazidas pelos pacientes não são tão facilmente interpretáveis como frutos de repressão da sexualidade, em função de uma óbvia mudança cultural, mas se referem a outros tipos de sofrimentos emocionais e 2) porque a teorização winnicottiana não permite que as variadas aspirações humanas sejam pensadas como sublimações de pulsões sexuais⁸.

⁸ A bem da justiça, vamos lembrar, com Laplanche e Pontalis (1967) que o tópico da sublimação não foi suficientemente desenvolvido por Freud e que o fato de ter apontado que certas realizações humanas seriam sucedâneos de satisfações eróticas não justifica atribuir a Freud um pensamento segundo o qual todas as realizações dos seres humanos seriam sempre

Nesse contexto, o conceito de necessidade acaba ficando sobrecarregado, para designar fenômenos tão diversos como a necessidade de *holding* do recém-nascido, que ainda não existe “desde seu próprio ponto de vista” (Winnicott, 1945), como a necessidade de reconhecimento e respeito que indivíduos adultos e amadurecidos demonstram ao longo de toda a vida. Essas seriam, nesse sentido, “necessidades” amadurecidas, digamos assim. Nessa linha, o indivíduo saudável teria suas ações motivadas por “necessidades” amadurecidas, em função das quais configuraria grande parte de sua existência, e por desejos eróticos, que regeriam a esfera sexual. O mais interessante, nesse quadro, é o fato de que a necessidade de “sentir-se vivo e real” como pessoa, fundamento de todo o pensamento winnicottiano, que guarda aqui, evidente parentesco com algumas das ideias fundamentais de Ronald Laing (1965), seja vista como uma “necessidade” – que acompanha toda a vida humana, do nascimento à morte. Esse tipo de visão, no nosso entender, ainda confunde organismo e pessoa, mantendo uma relação reducionista com o plano biológico. Evidentemente, esse tipo de teorização se funda na aposta de uma descontinuidade evolutiva entre animais e seres humanos.

Muitos estudiosos se sentem à vontade com este tipo de teorização. Contudo, de nossa parte, entendemos ser indispensável uma distinção clara entre fenômenos que, a nosso ver, são bastante diversos entre si. Essa distinção se faz ainda mais premente no contexto do reconhecimento winnicottiano acerca dos diferentes modos de viver daqueles que “ainda não existem desde seu próprio ponto de vista”, vivendo fusionalmente em estado de dependência absoluta de cuidados maternos⁹, de outros que se encontram em situações de dependência relativa, em diferenciados graus ou ainda daqueles que vivem num estado que os winnicottianos denominam “rumo à independência”, mas que preferimos, denominar “dependência madura”, parafraseando Fairbain (1940)¹⁰.

e apenas sublimações. Temos, contudo, motivos para desconfiar desta tendência reducionista de seu pensamento, quando examinamos escritos sobre as mulheres, que parecem determinadas fundamentalmente, inclusive quando se realizam em planos culturais, científicos e artísticos, pela “inveja do pênis”. Entretanto, não consideramos que valha a pena, no momento atual, remexer em posicionamentos que podem ser compreendidos como limitações derivadas do horizonte social em que este autor viveu, que, se não o condenam, certamente limitam o alcance de suas contribuições, exigindo importantes revisões.

⁹ A nosso ver, todo aquele que cuida, permanente ou transitoriamente, de um recém-nascido, de modo satisfatório, “é” uma mãe.

¹⁰ Consideramos que uma visão de saúde mental como sinônimo do alcance de um posicionamento individual independente como fruto de uma ideologia que mistifica a real condição humana, que se fundam na coexistência.

Ora, as necessidades “psicológicas” que presidem uma fase em que não se existe ainda como pessoa, desde o próprio ponto de vista, embora se possa ser visto como tal, pelos demais, são bastante específicas. Relacionam-se primariamente com a possibilidade de ter facilitadas vivências de “continuidade de ser”, por meio das quais os processos de integração, personalização e realização se realizem (Winnicott,1945), de modo afortunado, permitindo a constituição do *self*, a emergência da pessoa (Greenberg e Mitchell,1984). Vale a pena usar o mesmo termo, vale a pena trabalhar com o mesmo conceito para lidar com os processos de constituição da subjetividade e com aquilo que se impõe à personalidade humana quando já constituída em termos de um *self* unitário?

A nosso ver, estamos diante de fenômenos tão diversos a ponto de se justificar o recurso a outro conceito, na medida em que o amadurecimento do bebê sofre uma inflexão fundamental quando estabelecida uma certa continuidade de ser e, daí, uma certa integração, ainda muito própria do viver psicossomático, surge no horizonte, com o desenvolvimento da capacidade de preocupação. A nosso ver, o reconhecimento dessa capacidade, numa teorização que não quer abandonar o plano da pessoa, da experiência, da dramática, demanda um terceiro conceito, diverso tanto da necessidade como do desejo¹¹ sexual. Nessa busca, a noção de exigência, tal como usada no contexto antropológico da experiência elementar, parece-nos uma solução bastante produtiva.

“Sentir-se vivo e real” e experiência elementar

Temos muitas vezes mencionado, em estudos anteriores, a vigência, no pensamento psicopatológico winnicottiano, de duas diferentes teorias sobre o sofrimento humano (Aiello-Vaisberg,2006; Medeiros e Aiello-Vaisberg,2010). Uma delas segue fielmente a sistematização psicanalítica tripartite que reconhece duas afecções básicas, neurose e psicose, e um terceiro conjunto constituído por vários quadros intermediários, entre os quais são incluídas depressões, psicossomatoses e adições, denominado *borderline*. A segunda formulação é uma teoria que pensa o sofrimento humano como

¹¹ Lembramos aqui que, no contexto psicanalítico, mesmo sob a pena de Winnicott, o termo desejo conota invariavelmente o desejo sexual.

impossibilidade de se sentir vivo, real e capaz de gestualidade espontânea e criadora (Arós e Aiello-Vaisberg,2009).

A nosso ver, a não distinção entre essas duas psicopatologias, bem como a falta de valorização daquela que temos denominado teoria implícita, geram enganos de leitura que trazem consigo importantes consequências. Explica-se, deste modo, o fato de alguns comentadores pensarem a questão winnicottiana da integração pessoal como pouco mais do que um fenômeno psicossomático, que se daria a partir dos processos de amadurecimento que o bebê cumpre quando um ambiente¹² suficientemente bom é sustentado por um cuidador maternal.

Entretanto, convém lembrar que a humanização do bebê corresponde a processos que começam fortemente ligados a experiências de conforto e desconforto, de alternância de estados calmos e excitados, para logo se tornarem mais sofisticados e complexos, quando entra em cena o desenvolvimento de capacidades tais como a da consideração do outro. Então, sentir-se vivo, real e capaz de gestualidade espontânea e criadora, supõe uma importante passagem desde o “amor cruel e impiedoso” dos primeiros tempos, no bojo do qual mãe-ambiente seria vivida, nos primeiríssimos estágios de saída da fusão inicial, como instrumento para pacificação de desconfortos sempre extremos, até uma condição na qual pode ter lugar a consideração e a preocupação com o outro (Winnicott,1958). Essa inflexão coloca alguns problemas, na medida em que permite mais de uma explicação.

É possível imaginar que possa existir uma espécie de inscrição genética que predispõe o bebê e a criança à consideração do outro a partir da biologia. Tal característica seria decisiva para espécies constituídas por indivíduos frágeis, cuja sobrevivência dependeria de hábitos sociais. Os seres humanos poderiam estar instintivamente compelidos à sociabilidade, como muitos outros, desde insetos até lobos, passando por peixes que sobrevivem em cardumes e muitas outras espécies gregárias. Entretanto, vale destacar que esse modo de colocar o problema implica olhar o ser humano em “terceira pessoa”, como um organismo. Trata-se de um ponto de vista que tem sua validade, no alto nível de abstração em que opera a biologia (Bleger,1963). Ora,

¹² Como sabemos, o termo ambiente pertence ao léxico das ciências naturais. Pode ser usado, portanto, em contextos tão diversos como o da etologia ou o da psicologia concreta – quando devidamente adjetivado como ambiente escolar, familiar, comunitário ou social.

se adotamos outro ponto de vista, buscando criar uma ciência psicológica concreta em “primeira pessoa”, focalizaremos precisamente a experiência humana, ao invés de descartá-la como enganosa ou secundária (Politzer, 1928; Bleger, 1958; 1963).

A ideia de uma natureza humana constituída por exigências éticas e estéticas, de caráter originário, não esclarece nada sobre organismos animais. Por outro lado, parece fazer todo sentido tanto na explicação da tendência para um amadurecimento que encontra na conquista da capacidade de se preocupar um passo fundamental, como na explicação dos sofrimentos que a ausência da realização desse potencial gera, tanto naquele que não se torna capaz de considerar, como naquele que não é considerado.

Há, portanto, do nosso ponto de vista, um salto que diferencia a sociabilidade dos golfinhos daquela dos humanos. Abrem-se aqui muitas questões ligadas a relativismos culturais – segundo os quais, por exemplo, em certas culturas as mulheres não sofreriam por apanhar dos maridos, porque este seria um procedimento socialmente legítimo, do mesmo modo que se pode pensar que os povos colonizados não viveram, quando invadidos e dominados, nada semelhante ao que a França sofreu durante a ocupação alemã. Ora, desde a perspectiva da experiência elementar, não faz sentido excluir indivíduo, grupos e povos do atendimento de necessidades que vemos como universais.

Assim, na perspectiva da experiência elementar, a capacidade de consideração desponta no contexto da emergência da pessoalidade, inaugurando uma nova possibilidade de ser espontâneo que inclui, naturalmente, a consideração do outro. Podemos pensar – e pesquisar – o modo como o desenvolvimento da criança pode se dar como percepção intuitiva das exigências elementares, que provavelmente estão sempre sendo criadas/encontradas pelo grupo que cuida da criança, malgrado as inegáveis especificidades culturais.

Finalizamos lembrando que nosso percurso está fortemente determinado pelo fato de termos buscado realizar as exigências de uma psicologia concreta e de termos encontrado no pensamento winnicottiano, que se mantém maximamente próximo ao acontecer humano, evitando sistematizações e especulações metapsicológicas, um apoio inestimável. Não ignoramos que a nossa leitura da obra winnicottiana é uma entre as possíveis, de modo que nos vemos mais como inspiradas do que como submissas ao seu

dizer – evitando, por outro lado, atribuir-lhe conclusões que são de nossa inteira responsabilidade.

Entretanto, temos nos incomodado com a falta de uma fundamentação antropológica que possa completar algo que Bleger (1963) deixou relativamente em aberto, indicando apenas, de modo rápido e sutil, que acima do nível de análise das ciências humanas devem ser desenvolvidas reflexões de caráter antropológico e axiológico. Essa indicação nos tem preocupado e inquietado clínica e teoricamente. Por esse motivo, debruçamo-nos, nesse diálogo com Giussani (1966) e Mahfoud (2012), com esperançosa impressão de que poderemos avançar significativamente no manejo dessa questão.

Referências Bibliográficas

- AIELLO-VAISBERG, T.M.J. *Ser e Fazer: Enquadres diferenciados na clínica winnicottiana*. São Paulo, Ideias e Letras, 2004.
- AIELLO-VAISBERG, T.M.J. Os monstros, o método e o estabelecimento da capacidade ética. In Aiello-Vaisberg, T.M.J. e Ambrósio, F.F. *Cadernos Ser e Fazer: reflexes éticas na clínica contemporânea*. São Paulo, IPUSP, 2005
- AIELLO-VAISBERG, T.M.J. O ser e o fazer na clínica ampliada e a radicalidade psicopatológica do pensamento de Winnicott. In D. Calderoni *Psicopatologia: clínicas de hoje*. São Paulo, Via Lettera, 2006.
- AIELLO-VAISBERG, T.M.J. Abordagem psicanalítica de imaginários coletivos sobre adolescência em produções cinematográficas brasileiras. Projeto de Pesquisa. <http://serefazer.psc.br/wp-content/uploads/2013/09/PROJETO-TEMÁTICO-aiello-vaisberg-PUCCAMP-2010.pdf>
- AIELLO-VAISBERG, T.M.J., AROS, A.C.S.P.C. Clube da luta: sofrimentos radicais na sociedade contemporânea. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11(2), 3-16, 2009.

- AIELLO-VAISBERG, T.M.J. e MACHADO, M.C.L. Pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos à luz da teoria dos campos. In Josette Monzani e Luiz R Monzani (orgs) *Olhar: Fabio Herrmann - Uma Viagem Psicanalítica*. Sao Paulo: Ed. Pedro e Joao Editores/CECH- UFSCar,311-324, 2008.
- AROS, A.S.P.C.; AIELLO-VAIBERG,T.M.J. Clube da luta:sofrimentos radicais e sociedade contemporanea. *Psicologia: Teoria e Prática*,11 (2), 3-16,2009.
- BLEGER, J. (1963) *Psicologia de la conducta*. Buenos Aires, Nueva Vision, 2001
- BLEGER, J. (1958) *Psicoanalisis y dialéctica materialista*. Buenos Aires, Nueva Vision,1988.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DA ROLD, G. *Don Giussani, il prete poticciamente scorreto*, 2009. <http://www.sangiacomogiovani.comze.com/blog/p=10>. Acesso em 22 de agosto de 2013.
- FAIRBAIN, W.R.D. (1940) Revision de la psicopatologia de las psicosis y psiconeurosis. In *Estudio psicoanalítico de la personalidad*. Trad. Hebe Friedenthal.Buenos Aires, Hormé,1970.
- FREIRE, P. Apresentação. In S.L.Mello *Trabalho e sobrevivência*. São Paulo, Atica, 1998.
- FREUD, S. Algunas ideas sobre desarrollo – regresión. *Conferencias introductorias al psicoanalysis*. In Obras Completas. Traducion L.L.B.Torres. Biblioteca Nueva, Madrid,1948
- GIUSSANI, L.(1966) *El sentido religioso*. Trad. Jose Miguel Oriol. Madrid, Ediciones Encuentro, Kindle Edition, 2008.
- GREENBERG, J. ; MITCHELL, S.A. *Object relations in psychoanalytical theory*. Cambridge, Harvard University Press,1983.

- HELLER, A. *Para mudar a vida*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LACIS, M. *Responsabilité et Proximité: Ontologia et Agir Social selon Emmanuel Lévinas*. Thèse présentée à L'Université de Fribourg (Suisse), 2013. Acessado em <http://ethesis.unifr.ch/theses/downloads.php?file=LacisM>.
- LAING, R. *The divided self*. London, Penguin, 1965.
- LALANDE, A. (1926) *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Trad Maria de Fatima Sá Correia. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B *Vocabulaire de la Psychanalyse*. Paris, Puf, 1967.
- LE ROY, E. *Etudes de philosophie et de critique religieuse. Dogme et critique*. Paris, Bloud, 1907. Acessível em pdf no archive.org/details/dogmeetricrique00lero da University of Toronto Libraries.
- MAHFOUD, M. *Experiência elementar em psicologia: aprendendo a reconhecer*. Belo Horizonte, Artesã, 2012.
- MARCUS, P. e ROSENBERG, A. *Psychoanalytical versions of the human condition: philosophies of life and their impact on practice*. New York, New York University Press, 1998
- MEDEIROS, C. e AIELLO-VAISBERG, T.M.J. *Acordes do Sofrimento. Contextos Clínicos*, 3 (2), 97-105, 2010.
- MOFFATT, A. *Psicoterapia del oprimido*. Buenos Aires, Editorial Humanitas, 1974.
- POLITZER, G (1928) *Critique des fondements de la psychologie*. Paris, PUF, 2003
- PONTES, M.S.L, CABREIRA, J.C., FERREIRA, M.C.; AIELLO-VAISBERG, T.M.J. *Adoção e Exclusão Insidiosa. Psicologia em Estudo*, 13 (3), 495-502, 2008
- RENAULT, E. *L'expérience de l'injustice*. Paris, La Découverte, 2004. Edition Kindle.
- REZZE, C.J.; MARRA, E.S; PERICCIANI, M. *Afinal, o que é experiência emocional em psicanálise?* São Paulo, Primavera Editorial, 2012.
- ROHR, F. *Ética e educação: caminhos buberianos. Educação em Revista*, 20 (2), p115-142, 2013.

WINNICOTT, D.W. (1963) O desenvolvimento da capacidade de se preocupar. In *O ambiente e os processos de maturação*. Trad. Irineo C.S.Ortiz. Porto Alegre, Artes Médicas,1982.

WINNICOTT, D.W. (1971) *Playing and reality*. London, Routledge,1991.